

Balço Patrimonial de Janeiro/2018

Folha: 001

0171 APM DA EMEB PADRE JOSE MAURICIO

43.338.615/0001-35

Rua José Dias Donadelli, 505

Alves Dias - SAO BERNARDO DO CAMPO/SP

Descri�o	2018	2017
ATIVO	34.061,34 D	4.565,75 D
CIRCULANTE	34.061,34 D	4.565,75 D
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	34.061,34 D	4.565,75 D
BANCOS C. MOVIMENTO -REC. C/RESTRI�O -GOV MUNICIPAL	18.474,39 D	0,00 D
BANCO DO BRASIL S/A	18.474,39 D	0,00 D
APLICA�ES FINANCEIRAS - C/ RESTRI�O -GOV FEDERAL	15.586,95 D	4.565,75 D
BANCO DO BRASIL S/A - PDDE BÁSICO - CAD POUPANÇA	5.554,30 D	4.565,75 D
BANCO DO BRASIL S/A- PDDE ESTRUT ACESS -F.INV	10.032,65 D	0,00 D
PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	34.061,34 C	4.565,75 C
CIRCULANTE	34.061,34 C	4.565,75 C
RECURSOS DE ENTIDADE PÚBLICA NACIONAL (1)	18.474,39 C	0,00 D
RECURSOS DO GOVERNO MUNICIPAL	18.474,39 C	0,00 D
ENTRADA DE RECURSOS - TERMO DE COLABORA�O - SE	18.473,28 C	0,00 D
RECURSO REPROGRAMADO EXERCÍCIO ANTERIOR	1,11 C	0,00 D
RECURSOS DE ENTIDADE PUBLICA NACIONAL (2)	15.586,95 C	4.565,75 C
RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL - PDDE BÁSICO	5.554,30 C	4.565,75 C
RECURSOS REPROGRAMADOS EXERCÍCIO ANTERIOR	5.532,15 C	4.533,08 C
RENDIMENTOS APLICA�O FINANCEIRA	22,15 C	32,67 C
RECURSOS DO GOV FEDERAL - PDDE ESTRUTURA (ACESS)	10.032,65 C	0,00 D
ENTRADA DE RECURSOS	10.000,00 C	0,00 D
RENDIMENTOS APLICA�O FINANCEIRA	32,65 C	0,00 D

NILZA JANUARIO DE BARROS FERREIRA
DIR EXECUTIVA
C.P.F.: 303.050.768-84

MARIA DE LOURDES ROCHA
Contador
CRC N  : 1SP215598/O-9

ROCHA CONTABILIDADE

Demonstração do Resultado do Período Encerrado de Janeiro a Dezembro/2018

Folha: 001

0171 APM DA EMEB PADRE JOSE MAURICIO

43.338.615/0001-35

Rua José Dias Donadelli, 505

Alves Dias - SAO BERNARDO DO CAMPO/SP

Descrição	2018	2017
RECEITAS	37.613,68 C	39.629,91 C
RECEITAS DE PROJETOS - COM RESTRIÇÃO	37.613,68 C	39.629,91 C
ATIVIDADE DE APOIO EDUCACIONAL	33.133,68 C	32.804,51 C
GOVERNO MUNICIPAL	33.133,68 C	32.804,51 C
TERMO DE COLABORAÇÃO - SEC. EDUCAÇÃO	33.133,68 C	32.804,51 C
ATIVIDADE DE APOIO EDUCACIONAL	4.480,00 C	6.825,40 C
GOVERNO FEDERAL	4.480,00 C	6.825,40 C
PDDE BÁSICO	4.480,00 C	6.825,40 C
DESPESAS	37.613,68 D	39.629,91 D
DESPESAS DE PROJETOS - COM RESTRIÇÃO	37.613,68 D	39.629,91 D
ATIVIDADE DE APOIO EDUCACIONAL - GOV MUNICIPAL	33.133,68 D	32.804,51 D
TERMO DE COLABORAÇÃO - SEC EDUCAÇÃO	33.133,68 D	32.804,51 D
MATERIAIS DIVERSOS	9.812,18 D	8.426,09 D
SERVIÇOS DE TERCEIROS	455,30 D	175,00 D
LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS	2.000,00 D	0,00 C
ESTUDO DO MEIO (PASSEIOS)	4.920,00 D	3.745,50 D
SERVIÇOS DE CONTABILIDADE	4.380,00 D	4.380,00 D
CONSERVAÇÃO DE INSTALAÇÕES	11.406,20 D	15.559,42 D
PREVIDENCIA SOCIAL (CPP)	160,00 D	0,00 C
BIBLIOTECA ESCOLAR INTERATIVA	0,00 C	518,50 D
ATIVIDADE EDUCACIONAL - GOV FEDERAL	4.480,00 D	6.825,40 D
PDDE BASICO	4.480,00 D	6.825,40 D
MATERIAIS E SERVIÇOS DIVERSOS	4.480,00 D	6.825,40 D

Demonstração do Saldo Final	
Resultado do Período	
Lucro do período	0,00

Demonstração do Resultado do Período Encerrado de Janeiro a Dezembro/2018

Folha: 002

0171 APM DA EMEB PADRE JOSE MAURICIO

43.338.615/0001-35

Rua José Dias Donadelli, 505

Alves Dias - SAO BERNARDO DO CAMPO/SP

Descrição

2018

2017

NILZA JANUARIO DE BARROS FERREIRA
DIR EXECUTIVA
C.P.F.: 303.050.768-84

MARIA DE LOURDES ROCHA
Contador
CRC N° : 1SP215598/O-9

ROCHA CONTABILIDADE

APM DA EMEB PADRE JOSÉ MAURICIO
 Rua José Dias Donadelli, 505 Vila Ferreira- São Bernardo do Campo - SP
 CNPJ 43.338.615/0001-35

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto - Exercício Findo em 31/12/2018

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2018	2017
Recursos Recebidos		
(+) Entidades Governamentais (com restrição)	73.148,00	40.200,00
(+) Entidades Privadas	0,00	0,00
(+) Doações e Contribuições Voluntárias	0,00	0,00
(+) Próprias	0,00	0,00
(+) Rendimentos Financeiros	784,50	430,09
(+) Outros	0,00	0,00
Pagamentos Realizados		
(-) Aquisição de Bens e Serviços (com restrição)	-37.613,68	-39.629,91
(-) Aquisição de Bens e Serviços (sem restrição)	0,00	0,00
(-) Contribuições Sociais, Impostos e Taxas	0,00	0,00
(-) Outros Pagamentos	0,00	0,00
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	36.318,82	1.000,18
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
(+) Recursos Recebidos pela Venda de Bens	0,00	0,00
(+) Outros Recebimentos por Investimentos Realizados	0,00	0,00
(-) Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	0,00	0,00
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	0,00	0,00
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
(+) Recebimento de Empréstimos	0,00	0,00
(+) Outros Recebimentos por Financiamentos	0,00	0,00
(-) Pagamentos de Empréstimos	0,00	0,00
(-) Pagamento de Arrendamento Mercantil	0,00	0,00
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	0,00	0,00
(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	36.318,82	1.000,18
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	5.533,26	4.533,08
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	41.852,08	5.533,26

 Nilza Januario de Barros Ferreira
 Diretora Executiva

 Maria de Lourdes Rocha
 Contadora CRC 1SP215598/O-9

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em reais – R\$)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **APM da Emeb Padre José Maurício** é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de associação, de prazo indeterminado de duração, com objetivos sociais e educativos, sem fins econômicos, sem caráter político racial ou religioso.

São objetivos da Entidade, conforme artigo 3º do seu Estatuto:

- I – auxiliar a direção da escola na consecução de seus objetivos educacionais;
- II – representar, junto à direção do estabelecimento, as aspirações da comunidade, constituída de pais, alunos e professores;
- III – participar de comemorações cívicas, campanhas comunitárias, promoções de natureza cultural, esportiva e assistencial, e outras atividades em que se empenhe a escola, especialmente as relativas ao calendário cívico, cultural e religioso do Município, e ao Dia do Patrono;
- IV – realizar campanhas, em conjunto com a direção da Unidade Escolar, destinadas a melhorar as condições de funcionamento da escola;
- V – auxiliar os alunos carentes de recursos na aquisição de vestuário e de material didático;
- VI – colaborar com a Unidade Escolar no tocante à segurança, conservação do prédio, equipamentos, material didático e limpeza das instalações e dependências;
- VII – promover cursos, sessões de estudo, seminários, conferências e outras atividades tendentes a elevar o nível de eficiência operacional da escola;
- VIII – programar o uso da Unidade Escolar pela comunidade, nos fins de semana e período de férias, ampliando o seu conceito de casa de ensino para centro de atividades comunitárias;
- IX – acompanhar as atividades escolares, na qualidade de observadora e colaboradora, respeitados os regulamentos da Unidade de Ensino;
- X – premiar os alunos que se destacarem em torneios culturais, artísticos ou esportivos durante o ano letivo;
- XI – elaborar plano anual de atividades, integrado com o plano escolar, de modo a atingir os objetivos anteriores especificados.

Sua sede está localizada na cidade de São Bernardo do Campo, Rua José Dias Donadelli, 505 – Vila Ferreira – CEP 09851-180, no Estado de São Paulo.

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2018, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução No. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Associações sem Fins Lucrativos, e especialmente a Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das Associações sem finalidade de lucros.

3 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL (RESOLUÇÃO CFC nº 1.330/11 - ITG 2000)

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Os registros contábeis contem o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apóiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.
- b) **Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.
- c) **Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição. Conforme determina Cláusula 6ª do Termo de Colaboração firmado com o Município de São Bernardo do Campo e artigo 25 da Resolução CD/FNDE 10/2013, os ativos imobilizados foram doados ao Município de São Bernardo do Campo pelo custo de aquisição, para que sejam tombados e incorporados ao seu patrimônio público cabendo a Entidade a responsabilidade pela sua guarda e conservação.
- d) **Passivo Circulante e Não Circulante:** O passivo circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. A Entidade não realizou atividades que resultassem informações no passivo não circulante.
- e) **As Despesas e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.
- f) **Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência.

5 – OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor e reprogramado dos Recursos de Entidade Pública Nacional – Governo Municipal e Governo Federal, obrigações fiscais, tributárias.

6 – SUBVENÇÕES E/OU CONVÊNIOS PÚBLICOS (Resolução CFC nº. 1.305/10 - NBC TG 07)

São recursos financeiros provenientes de Termo de Colaboração e Convênio firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. O Termo de Colaboração e Convênio firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

Para a contabilização de suas subvenções governamentais a entidade atendeu a Resolução Nº. 1.305/10 do Conselho Federal de Contabilidade/CFC que aprovou a NBC TG 07- Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

A Entidade recebeu no decorrer do período as seguintes subvenções do Poder Público Municipal e Federal:

Exercício	Concedente	Valor Recebido R\$	Valor Realizado R\$
2018	Governo Municipal	51.960,00	33.133,68
2018	Rendimentos de Aplicações Financeiras	386,98	
2018	Governo Federal – FNDE – PDDE	21.188,00	4.480,00
2018	Rendimentos de Aplicações Financeiras	397,52	

Exercício	Concedente	Valor Recebido R\$	Valor Realizado R\$
2017	Governo Municipal	32.680,00	32.804,51
2017	Rendimentos de Aplicações Financeiras	125,62	
2017	Governo Federal – FNDE – PDDE	7.520,00	6.825,40
2017	Rendimentos de Aplicações Financeiras	304,47	

7 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o DIRETO.

São Bernardo do Campo, 31 de dezembro de 2018.

Nilza Januario de Barros Ferreira
Diretora Executiva

Maria de Lourdes Rocha
Contadora – CRC 1SP215598/O-9